

# O Islamismo na CDD e CDU: Religião e cultura periféricas nos Esquemas de Classificação Bibliográfica

*The Islam in the DDC and UDC: Peripheral religion and culture in the bibliographic classification schemes*

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (1), Fábio Gomes da Silva (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Av. Pasteur nº 458 – Prédio II – sala 303 – Urca – Rio de Janeiro – RJ, mlmiranda@unirio.br. (2) fabiosilvaunirio@gmail.com

## Resumo

Analisa a representação da identidade e da religião islâmica. Investiga a existência de desvios na representação de assuntos referentes às culturas não alinhadas à cultura ocidental na 23ª. Edição da Classificação Decimal de Dewey e na 2ª. Edição Padrão Internacional em Língua portuguesa da Classificação Decimal Universal. Conceitua Organização do Conhecimento em sentido restrito como organização das informações em registros bibliográficos e, em sentido amplo, como a organização social do trabalho mental. Define Sistemas de Organização do Conhecimento, enquanto sistemas conceituais atuantes como tipos de representação do conhecimento sendo frutos da organização do conhecimento. Aborda a construção do conceito de Islamismo no Ocidente considerando as transformações de sentido moduladas pelo contexto sociocultural, conferindo ao Islã a imagem da violência. Define Religião segundo Durkheim como sistema unificado de crenças e de práticas relativo a coisas sagradas; e segundo Hans Mol como a identidade sacralizada. Realiza estudo comparativo dos esquemas de classificação referidos segundo a metodologia de Miranda (2009) e pesquisa bibliográfica em bases de dados de diferentes culturas com ênfase nas influências do contexto sociocultural na produção científica pertinente à cultura Islâmica. Os resultados do estudo dos esquemas de classificação demonstraram a existência de desvios (biases) de representação históricos da Classificação Decimal de Dewey, evidenciados tanto na seleção terminológica quanto em sua estrutura conceitual; e as correções de biases de representação pela abordagem classificatória (analítico sintética e facetada) da Classificação Decimal Universal. Os resultados do levantamento bibliográfico nas bases de dados demonstram uma produção científica sobre assuntos referentes à cultura e identidade muçulmana numerosa e diversificada nas bases de dados de natureza global (DOAJ) e não ocidental (AJOL) e uma baixa produção na base de dados ocidental (SciELO). Reitera a necessidade da conduta ética por parte do profissional na classificação de assuntos não alinhadas a cultura ocidental.

**Palavras-chave:** Organização e Representação do Conhecimento; Sistemas de Organização do Conhecimento; Desvios na Representação da Informação; Identidade; Islamismo.

## Abstract

Examines the representation of the identity and the Islamic religion. Investigates the existence of deviations in the representation of subjects pertaining to cultures not aligned to Western culture in the 23rd. Dewey Decimal Classification Edition and 2nd. Universal Decimal Classification Standard Edition in Portuguese. Conceptualizes Knowledge Organization in strict sense as organization of information in bibliographic records and, in a broad sense, as the as the social organization of mental work. Defines knowledge organization systems, while conceptual systems acting as types of knowledge representation being a result of the knowledge organization process. Discusses the construction of the concept of Islam in the West whereas the transformations of meaning modulated by the sociocultural context, giving Islam the image of violence. Defines Religion according to Durkheim as unified system of beliefs and practices relative to sacred things; and according to Hans Mol as the identity enshrined. Performs comparative study of classification schemes referred to according to the methodology of Miranda (2009) and bibliographic search in databases of different cultures with an emphasis on the socio-cultural influences of context in scientific production pertaining to Islamic culture. The results of the study of the classification schemes demonstrate the existence of representation's historical deviations of the Dewey Decimal Classification, evidenced both in the selection of terminology in your conceptual framework; and biases of corrections representation by classificatory approach of the the Universal Decimal Classification. The results of the bibliographic survey in the databases demonstrate a scientific production on subjects referring to numerous and diverse Muslim culture and identity in the global (DOAJ) and non-Western (Ajol) databases and a low Production in the Western Database (SciELO). It reiterates the necessity of ethical conduct by the professional in the classification of Subjects not aligned to Western culture.

**Keywords:** Organization and Representation of Knowledge; Knowledge Organization Systems; Bias in the representation; Identity

;

de Organização do Conhecimento (SOC), na indexação do documento e nas necessidades de informação do usuário. O contexto sociocultural influencia as decisões do autor na produção do documento, as decisões do classificacionista na criação dos Sistemas de Organização do Conhecimento, a indexação de

## Introdução

Organizar/classificar o conhecimento envolve condicionantes culturais atuantes nas diversas fases da produção do conhecimento. Seja na criação do Sistema

documentos por parte do classificador e as necessidades/desejo de informação do usuário.

Os esquemas de classificação mais utilizados na atualidade são frutos de nossa cultura ocidental, o que lhes confere uma visão muitas vezes deturpada de assuntos externos ao nosso contexto sociocultural. Neste sentido, a parcialidade na organização do conhecimento permite que documentos relativos à cultura e à identidade de grupos sociais não alinhados jamais sejam recuperados. Desta forma, biases na classificação repercutem o discurso discriminatório vigente na sociedade, fazendo com que o discurso de grupos em situação de minoria social seja silenciado. No caso da classificação de religiões, o reconhecido viés à cultura e religiões ocidentais influencia tanto a terminologia quanto a estrutura destes esquemas, denotando a visão da cultura hegemônica sobre assuntos referentes a grupos em condição de minoria social.

O objetivo de nossa pesquisa é identificar nos esquemas de classificação como os assuntos referentes a culturas não alinhadas com o ocidente estão organizados e qual a influência do contexto sociocultural na indexação e recuperação da informação em bases de dados de culturas diversas. A título desta pesquisa, serão considerados os assuntos pertinentes à cultura e identidade muçulmana. E temos como objetivos específicos analisar o assunto "ISLAMISMO" e suas relações na Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU) e verificar se sua classificação reflete a representatividade da comunidade islâmica no mundo.

## 2 Organização do Conhecimento

O termo Organização do Conhecimento, oriundo do campo da Biblioteconomia, foi inicialmente utilizado por Henry Evelyn Bliss, inclusive por ele concebido como designativo de um campo autônomo no sistema das ciências (DAHLBERG, 1995, p. 10).

Dahlberg (2006) define Organização e Representação do Conhecimento, como a

ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, dos referentes conteúdos dos objetos ou assuntos (DALBERG, 2006).

Para Dahlberg, o ponto essencial na teoria da organização do conhecimento, reside no fato de que qualquer organização do conhecimento deve ser embasada em unidades de conhecimento, que nada mais são do que conceitos. E, estes, consistem em

elementos, também denominados de características de conceitos. Dahlberg afirma que são exatamente estes fatores que permitem que um sistema de conceitos seja construído, tal qual um sistema de organização do conhecimento. A autora considera que o conhecimento jamais poderá ser representado sem as unidades de conhecimento e suas possíveis combinações em palavras, símbolos e termos (DAHLBERG, 1993, p. 211).

Hjorland considera a OC em sentido restrito, como a organização da informação em registros bibliográficos (HJORLAND, 2013, p. 174). Em sentido amplo a OC é retratada como a “organização social do trabalho mental, ou seja, de como o conhecimento é socialmente organizado e como a realidade é socialmente organizada” (HJORLAND, 2003, p.169). Neste ponto, a OC, enquanto campo associado à classificação e indexação de documentos, sofre profundas influências de teorias e paradigmas fundamentais a qual o documento está associado. Mas é também, em si, um campo influenciado por diferentes paradigmas relacionados às teorias do conhecimento (HJORLAND, 2013, p.174).

Assim, reconhecemos dois tipos/formas de organização do conhecimento: a) a organização intelectual do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias; e b) a organização social do conhecimento, em profissões, negócios e disciplinas. Neste sentido, disciplinas são representações do conhecimento utilizadas em sistemas sociais de organização do conhecimento. Em ambos os casos a Organização do Conhecimento é profundamente atrelada a uma teoria do conhecimento. Desta forma, a leitura de mundo do classificacionista é relacionada ou derivada de uma teoria, na qual tende a ser compartilhada publicamente por paradigmas. Por conseguinte, tal condição denota a necessidade do conhecimento de assunto por parte do classificador na atividade de indexação. Em outras palavras, o classificador deve desenvolver a habilidade crítica para lidar com diferentes teorias e seu impacto ideológico nas classificações (HJORLAND, 2013, p.171).

Por outro lado, compreende-se que a atividade do indexador/classificador não é cercada de neutralidade, uma vez que o contexto social, histórico e cultural influencia as condições da produção do conhecimento. “Com efeito, admite-se a impossibilidade de neutralidade nas atividades de representação do conhecimento, dado que o profissional classificador/indexador não se descola das suas concepções, suas visões de mundo e tampouco é capaz de simular o “desligamento” nem sequer momentâneo da sua consciência” (ARBOIT, 2017, p. 162). Deste modo, a análise documental, atividade de reconhecida interferência por parte do classificador, é influenciada diretamente pela leitura que o profissional detém da

obra, o que orienta as atividades de classificação e indexação a certa concepção de mundo.

Considerando a falta da neutralidade, oriunda das influências do contexto sociocultural, observa-se a possibilidade de sérios desvios de representação, os quais são evidenciados nos produtos (resumos e índices) e instrumentos da OC. (Sistemas de Organização do Conhecimento). Neste sentido, sistemas de organização do conhecimento são constituídos a partir de uma literatura relacionada a domínios de conhecimento. Neste caso, o classificador justifica decisões sobre seleção terminológica e estrutura conceitual nestes sistemas a partir de critérios estabelecidos por forma de garantias.

Barité (2011) afirma que no âmbito da organização do conhecimento, o alcance conceitual de garantia segue a mesma linha semântica dos sentidos de “segurança ou certeza sobre algo”, “ação de demonstrar a razão ou prover um fundamento para uma decisão” ou “apoiar ou garantir a qualidade, acurácia ou condição” (BARITÉ, 2011).

A função da garantia em um sistema de organização do conhecimento relaciona-se a autoridade que o classificador evoca para verificar se as decisões sobre que classes/conceitos para incluir no sistema, em que ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, sobre a ordem em que as classes/conceitos devem aparecer no sistema, quais classes de unidade/conceitos são divididos, quão longe a subdivisão deve proceder, quando e onde síntese está disponível, e se as ordens de citação são perguntas estáticas ou variáveis e similares (BEGHTOL, 1986, p. 111).

O termo garantia, enquanto aporte para tomada de decisão para a construção de sistema de organização do documento, foi utilizado pela primeira vez por Hulme, em 1901, ao apresentar os princípios de garantia literária. Sua concepção original se parte da ideia de que a “a literatura de um domínio deve ser a fonte para extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação, ou em qualquer outro sistema de organização do conhecimento” (BARITÉ, 2010, p.124). Neste sentido, a construção do SOC, bem como suas atualizações, parte da composição do escopo documental do domínio. Em outras palavras, o Princípio da Garantia Literária, sugere que a seleção dos termos de sistema de organização do conhecimento deve ser baseada na realidade, ou seja, no conhecimento registrado de certa área de conhecimento. Neste caso, o conjunto das publicações forneceria a terminologia de determinado domínio do conhecimento.

A lo largo del tiempo, se han propuesto otras alternativas, derivaciones o complementos de la garantía literaria: la garantía de usuario (Lancaster, 1977), la garantía académica, basada en el consenso de los especialistas (Bliss, 1939), la garantía organizacional (National Information Standards Organization, 2005), la garantía

cultural (Lee, 1976), la garantía estructural (Kent et al., 1975; Mitchell, 2007), la garantía lógica (Fraser, 1978), la garantía fenomenológica (Ward, 2000), e incluso la garantía de género (Olson y Ward, 1998; Olson, 2003, 2007), entre otras que se mencionan ocasionalmente en la literatura (BARITÉ, 2011, p.4)

Uma das principais utilidades da garantia literária está no processo de validação na construção e atualizações de Esquemas de Classificação Bibliográfica tradicionais como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal. Para Barité (2011) as aplicações possíveis da garantia literária são: teste de justificação em esquemas de classificação bibliográfica; respaldo para trabalho terminológico em conjunto; teste de validação e justificação de terminologia pontual; extensão de teste de justificação relativa às relações conceituais; análise ou mapeamento de domínios; e como dispositivo de avaliação de linguagens e estruturas conceituais.

Obviamente, a garantia literária sozinha não dá conta do conhecimento não registrado, oriundo de comunidades que compartilham os conhecimentos a partir da oralidade. A justificação para seleção terminológica deste tipo de conhecimento estaria sob a forma de uma garantia cultural.

Beghtol posiciona a garantia cultural em cada sistema de classificação baseada em assuntos e preocupações de certa cultura, qualquer cultura de determinado país, ou de uma maior ou menor unidade social. (BEGHTOL, 2002, p. 525). Neste sentido, cultura se refere a um conjunto de valores, crenças e conhecimentos próprios de um grupo social, em sua escala local, a distinção de uma cultura em respeito a outras e uma visão homogênea de pessoas e ideias, e as unidades sociais referidas a grupos étnicos, disciplinas acadêmicas, domínios da arte, facções políticas, religiões e/ou linguagens. (BARITÉ, 2011). Desta forma, a garantia cultural abarca tanto a literatura específica de um recorte social, quanto as tradições locais de determinada cultura.

Um ponto sensível do conceito de garantia cultural se refere à questão do princípio de hospitalidade presente em sistemas de organização universais, uma vez que mesmo as constantes transformações do conhecimento conferem a literatura mudanças advindas das transformações socioculturais. Neste sentido, o contexto, ao influenciar diretamente a produção do conhecimento, valida novas teorias e substitui antigos paradigmas. Por outro lado, a dinâmica do conhecimento também envolve a resistência ao novo, onde o antigo paradigma, ou modelo, apoia-se em uma estrutura própria, muitas vezes classificando novos conhecimentos como periféricos, não ciência, conhecimento inválido, popular ou inferior. Como exemplo, observa-se a dificuldade na classificação de religiões de matriz africana onde, apesar da riqueza

cultural envolvida em suas práticas, ritos e lendas, não dispunha de notação específica nos esquemas de classificação bibliográfica.

Para prosseguimento do trabalho, torna-se necessário apresentar conceitos relativos aos Sistemas de Organização do Conhecimento.

### 2.1 *Sistemas de Organização do Conhecimento*

Os sistemas de organização do conhecimento são linguagens controladas cuja função é relativa à organização da Informação. Deste modo, Carlan e Medeiros (2011) definem Sistemas de organização do Conhecimento como:

Sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura varia de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos. (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54)

Bräscher e Carlan (2010) definem Sistemas de Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, como “representações de domínios do conhecimento que delimitam o significado de termos no contexto desses domínios, estabelecem relações conceituais que auxiliam a posicionar um conceito no sistema conceitual e são utilizadas como instrumentos de organização e recuperação da informação” (BRASCHER; CARLAN, 2010, p.153).

Para Hodge (2000) o termo Sistema de Organização do conhecimento se refere a todos os tipos de esquemas concebidos para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Incluem esquemas de classificação que organizam materiais de nível geral, cabeçalhos de assunto para prover acesso detalhado, e arquivos de autoridade para controle de versões variantes de informações chave. Incluem também esquemas menos tradicionais como redes semânticas e ontologias. Desta forma, sistemas de organização do conhecimento são o coração de cada biblioteca, museu ou arquivo. (HODGE, 2000, p.3)

A função primordial de um SOC é organizar materiais para recuperação e gestão da informação. São pontes entre o usuário da informação e o material onde a informação está registrada, de forma que o usuário não necessite de conhecimento prévio para recuperá-la. Um SOC funciona como guia para o usuário no processo do conhecimento e responde questões aos organizadores sobre o escopo da coleção e o que é necessário para fazê-la circular (HODGE, 2000, p.3). Possuem como características:

A imposição de uma visão de mundo particular em sua coleção e itens relacionados. A caracterização da mesma entidade diferentes maneiras, dependendo da SOC

utilizada, deve haver semelhança suficiente entre o conceito expressado em um SOC e o objeto do mundo real ao qual conceito se refere, de forma que uma pessoa experiente possa aplicar o sistema com fiabilidade razoável. Da mesma forma, uma pessoa que procura o material relevante usando um SOC possa conseguir associar seu conceito a sua representação no Sistema. (HODGE, 2000, p.3)

Hodge (2000) classifica os tipos de SOC, agrupando-os de acordo com suas semelhanças estruturais: em listas de termos, com ênfase na lista de termos e suas definições, classificações e categorias, com ênfase na divisão de setores de assunto e listas de relacionamentos, com ênfase nas conexões entre termos e conceitos. Como exemplo de listas de termos observaram as listas de autoridades, glossários, dicionários, enciclopédias, gazeeters etc.; classificações e categorias, os esquemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalho de assunto, esquemas de categorização e taxonomias; e como listas de relacionamentos os tesouros, as ontologias e as redes semânticas.

Para efeito de pesquisa, apresentaremos a CDD e a CDU por se tratarem dos Sistemas de Organização mais utilizados no mundo.

### 2.2 *Classificação Decimal de Dewey*

A CDD é um esquema de classificação bibliográfica que apresenta um sistema enumerativo, cuja classificação envolve conceitos de hierarquização de conceitos segundo disciplinas, representando a tradição científica de seu tempo.

A Classificação Decimal de Dewey é uma ferramenta de organização do conhecimento continuamente revisado para manter o ritmo com o conhecimento. O sistema é ampliado através da construção de notações, traduções interoperáveis, associação com categorias e mapeamento de outros esquemas de assunto (DDC 23, p.1)

Dewey desenvolveu a CDD em 1872 e sua primeira publicação, ainda anônima, se deu em 1876, sob título *Classification and subject index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, e este sistema classificatório só recebeu o nome de Classificação Decimal Dewey em sua 16ª edição. Dewey utilizava a metáfora da turba e do exército para justificar a classificação como forma de controle da informação.

Dewey via a informação como um amontoado caótico que necessitava de ordem. Ele usou uma grande variedade de metáforas para expor este argumento. Utilizando exemplos com empresas, organizações militares, religião e literatura, Dewey afirmava que a classificação, a grosso modo, é necessária para suplantiar o caos (OLSON, 2011, p.4)

As principais influências da CDD advêm da tradição filosófica ocidental, incorporando elementos de Aristóteles, Francis Bacon, Hegel e Harris, sendo este último apontado como criador do sistema que deu

bases para construção da Classificação Decimal de Dewey. O Quadro 1 apresenta uma correlação entre as classes da CDD e as classes de outros esquemas de classificação.

Quadro 1. Principais classes de Bacon a CDD.

CDD	0 Generalidades								
	1 Filosofia & Psicologia	2 Religião	3 Ciências Sociais	4 Linguagem	5 Ciências Naturais & Matemática	6 Tecnologia	7 Artes	8 Literatura & Retórica	9 Geografia & História
Bacon	Razão Filosofia					Imaginação Poesia		Memória História	
Hegel	Ideia ( <i>Begriff</i> ) Ideia Imperfeita					Essência ( <i>Wesen</i> )		Ser ( <i>Sein</i> )	
Harris	Ciência (Filosofia)					Arte (Poesia)		História	

Fonte: Olson (2011).

A CDD representa o conhecimento em dez disciplinas ou classes principais: 000 - Generalidades; 100 - Filosofia, fenômenos paranormais, Psicologia; 200 - Religião; 300 - Ciências Sociais; 400 - Linguagem; 500 - Ciências Naturais e Matemática; 600 - Tecnologia (Ciências Aplicadas); 700 - Arte, Belas-artes e Artes Decorativas; 800 - Literatura (Belas-lettras) e Retórica; 900 - Geografia, História e disciplinas afins. Dentro de cada uma delas existem suas subordinações. Estas subordinações são a hierarquização estrutural, em que “todos os temas (à exceção das dez classes principais) são subordinados e são partes de todos os temas mais abrangentes acima dele (DDC 23, p. xxxiii, 2011). Logo, se uma pessoa deseja utilizar um nível de classificação mais específico, é imprescindível que este nível mais baixo tenha as características das generalidades que representam. Por exemplo: um livro que trate da religião católica deve estar dentro da classificação 280 pois é a subclasse que trata de Denominações Cristãs dentro da classe principal 200 – Religião.

Dewey elaborou a CDD com a premissa da sistematização e hierarquização do conhecimento, e é isto que faz da CDD um dos instrumentos de organização mais utilizados do mundo, embora seja considerada inferior teoricamente a outros esquemas mais modernos que utilizam, mais livremente, letras e outros sinais para produzir notações mais curtas para conceitos de igual complexidade, como por exemplo, a CDU – desenvolvida pelos belgas Paul Otlet e Henri de La Fontaine, utilizando como base a CDD combinando os números básicos com outros sinais de pontuação (vírgula, dois pontos, parênteses, etc.).

### 2.3 Classificação Decimal Universal

A CDU é um sistema de classificação de documentos criado no início do séc. XX pelos belgas Paul Otlet e

Henri La Fontaine. O projeto inicial consistia em criar uma lista abrangente de toda a produção bibliográfica do mundo. Como primeiro resultado, publicou-se o *Repertoire Bibliographique Universel*. Otlet e La Fontaine criaram sua lista em cartões e organizaram sistematicamente. Para a organização da lista por assunto, adaptaram a CDD, acrescida de sinais próprios, o que inferia a CDU maior flexibilidade na composição das notações e mais tarde tal flexibilidade foi ampliada à luz da teoria da classificação facetada.

A CDU, como vários esquemas gerais, é uma classificação por aspectos, na qual um fenômeno é classificado segundo contexto e disciplina em que é considerado. Por isso, seus vários aspectos são encontrados em diferentes lugares (UDC CONSORTIUM, 2007, p.xvi).

A abordagem classificatória da CDU abrange dois tipos. A enumerativa, herdada da CDD, em que as categorias são arroladas exaustivamente para classificar o conhecimento produzido, e a analítico-sintética, onde são identificadas características comuns a várias categorias que, organizadas em listas ou tabelas, correspondem a uma faceta (UDC CONSORTIUM, 2007, p. xv).

Dentre as características herdadas da CDD, reconhece-se a divisão de assuntos em disciplinas e o princípio da decimalidade. Desta forma, a CDU também parte da divisão do conhecimento em dez classes principais: 0 - Generalidades, Informação, Organização; 1 - Filosofia, Psicologia; 2 - Religião, Teologia; 3 - Ciências Sociais, Economia, Direito, Política, Assistência Social, Educação; 4 - Classe vaga; 5 - Matemática e Ciências Naturais; 6 - Ciências Aplicadas, Medicina, Tecnologia; 7 - Arte, Belas-artes, Recreação, Diversões, Desportos; 8 - Linguagem, Linguística, Literatura; 9 - Geografia, Biografia, História.

Embora as classes (Notações Principais) sejam muito similares às da CDD, a grande peculiaridade da CDU é a possibilidade de fazer combinações com símbolos pré-determinados, representando, com maior nível de especificidade, o conteúdo do documento classificado (TABOSA, 2011, p.65)

Atualizações recentes conferem a CDU uma abordagem cada vez mais facetada. A partir da modelagem adaptada do vocabulário da BC2 (Bibliographic Classification 2nd ed.), da implementação da abordagem analítico-sintética, aliada a utilização de sinais auxiliares para indicar vários aspectos especiais de um assunto, ou relação entre assuntos na notação, a CDU reestruturada apresenta vantagens como a formalização de sua estrutura conceitual, onde suas relações hierárquicas e associativas são facilmente identificáveis. No contexto específico da classe Religião a nova classe 2, modelada a partir do vocabulário da BC2, de Bliss, foram identificadas oito facetas principais nas quais o conhecimento sobre religião é organizado: conceitos

religiosos, evidências religiosas, pessoas, atividades religiosas, processos religiosos, organização e administração (partes), propriedades religiosas e fé (entidades) (BROUGHTON, 2010, p. 273).

Se por um lado o vocabulário adaptado da BC2 promove uma estrutura conceitual de abordagem mais imparcial, cuja métrica de assuntos promovem uma certa isonomia, própria para uma classificação universal, a CDU ainda possui uma tendência em sua terminologia sobre Religião para o Cristianismo. Neste sentido, a abordagem por facetas permite a representação de assuntos complexos com a utilização dos auxiliares especiais como elementos de ligação de assuntos simples. Como exemplo a abordagem analítico-sintética organiza o assunto Islamismo na faceta 28 da seguinte forma:

Quadro 2. Representações do Islamismo na CDU com o uso de Auxiliares Especiais.

Notação	Assunto	Notação	Assunto
2	Religião	28	Islamismo
2-1	Teoria, Filosofia, Natureza, Fenômenos da Religião	28-1	Teologia Islâmica
2-2	Provas da Religião	28-2	Provas do Islamismo
2-3	Pessoas da Religião	28-3	Pessoas no Islamismo
2-4	Atividades Religiosas	28-4	Atividades Religiosas no Islamismo
2-5	Veneração, Culto, Rituais, Cerimonias	28-5	Adoração Islâmica
2-6	Processos em Religião	28-6	Processos no Islamismo
2-7	Organização e Administração Religiosa	28-7	Organização e Administração no Islamismo
2-8	Religiões segundo suas características	28-8	O Islamismo segundo suas Características

Fonte: UDC CONSORTIUM (2007).

Na próxima subseção tratamos dos conflitos existentes na classificação de informações relativas a grupos em situação de minoria social e o papel da biblioteca na divulgação de culturas marginalizadas como forma de garantia do direito a expressão da identidade cultural.

#### 2.4 A Biblioteca, a Discriminação e o Direito a Expressão da Identidade

O Pacto internacional sobre direitos civis e políticos trata, no artigo 26, sobre a questão da igualdade de direitos perante a lei, sendo os indivíduos resguardados de qualquer forma de discriminação, seja quanto a sua “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação” (BRASIL, 1992). Em seu artigo 27, versa sobre o direito das minorias étnicas, religiosas e linguísticas, sobre o direito à sua própria identidade cultural, da prática religiosa e da utilização de seu próprio idioma. Tais posições são resultados de lutas históricas, sob

objetivo de transformação do estágio vigente das questões das relações sociais de poder, as quais tornavam públicas as inquietações de comunidades com discurso não alinhado com as ideias dominantes da sociedade.

Exemplos destes movimentos são as revoltas de escravos em Roma, as Beguine e outros movimentos de mulheres no século XII, alguns dos quais desencadearam a caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres, os movimentos/guerras camponesas do século XVI na Alemanha, os conflitos históricos étnicos e nacionais em todo o continente. É claro que, ao longo da história, na Ásia, no mundo árabe e na expansão do Islã, assim como na África e na América Latina, múltiplas formas de movimentos sociais se converteram em agentes de resistência e transformação social. (FRANK; FUENTES, 1989, p.19)

O direito à expressão cultural perpassa a questão da representatividade da diversidade cultural dentro da sociedade, abordando questões sobre a visibilidade destes grupos sociais e da disseminação de suas ideias e valores. A composição de um grupo social subentende a existência de uma terminologia que o identifique como tal, ou de um escopo documental nos quais são registrados valores, hábitos e ideologias. Por outro lado, as tensões advindas das relações de poder inferem também a construção de estruturas sob a intenção da manutenção de um status quo. Como exemplo observam-se questões sobre a discriminação advinda da construção da ideia de um único discurso válido, dispondo as demais ideias circulantes a um segundo plano. Tal disposição torna-se fonte para toda espécie de discursos de ódio, oriundos das tendências das instituições que lidam com a informação a disponibilizarem as mesmas segundo a perspectiva dominante.

Como exemplos de discriminação social advinda de um discurso majoritário, observa-se a questão da propagação de conceitos inadequados sobre a religião islâmica, considerada pelo viés cristão ocidental, a heteronormatividade como fonte de preconceito sobre a comunidade LGBT, a disseminação da informação sob a perspectiva europeia, como promoção do silêncio e extinção dos discursos não alinhados com as ideias circulantes dentro da sociedade.

Direcionando a questão para o ramo da Organização do Conhecimento, a aplicação indiscriminada de conceitos que refletem uma única modalidade de discurso denotam a replicação de conceitos discriminatórios, evidenciados nos sistemas de organização do conhecimento, o que destoia de um valor fundamental das bibliotecas: a diversidade.

A diversidade é declaradamente um valor fundamental para bibliotecas, embora seu enfoque continue a ser majoritariamente homogêneo. O caráter social é um valor central em termos do papel da biblioteca e sua contribuição para melhorar ou resolver os problemas

críticos da sociedade. A persistência e crescimento de desigualdades, combinada com políticas que não conseguem proteger os direitos e as oportunidades de minorias sociais, torna essencial priorizar a diversidade e justiça social nas bibliotecas (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p.139).

Neste caso, a promoção da diversidade social nas bibliotecas, seja em relação a seu público, assuntos ou colaboradores, constitui-se em ação para a garantia da cidadania. Abordando a questão da representatividade “bibliotecas podem exercer uma influência sobre a diversidade, ou sobre a falta dela, através de escolhas que fazem no cumprimento das missões primárias de recolher, preservar e fornecer acesso à informação” (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p.140). Milani e Guimarães (2011) apontam para a responsabilidade de uma conduta ética na representação de assuntos, abordando a necessidade da prevenção de desvios para garantia do acesso e recuperação da informação:

Assim, as biases figuram como problemas éticos [...] que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área (Milani et al., 2009) na medida em que, [...], podem sinalizar para uma perda de “autonomia cultural”, o que causará danos ao acesso e recuperação da informação. Pode-se dizer, assim, que as biases não estão limitadas a descrições individuais; há biases relacionadas a “gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas com o limite para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos para populações diversas” (MILANI; GUIMARÃES, 2011, p. 9)

A sub-representação de um grupo, aliado à construção e circulação de ideias negativas sobre determinada comunidade, torna-se fonte de condutas predatórias, sob o risco de privação de direitos de um determinado grupo social. Como exemplo, observa-se o senso comum construído no Ocidente acerca da Religião Islâmica que, na maioria das vezes, é associada à imagem de terrorismo, fanatismo religioso e violência, o que interfere diretamente nos direitos à expressão cultural e religiosa, visibilidade, livre acesso e circulação de seus adeptos.

No Quadro 3, observamos as relações entre os termos Jihad, Sharia, “Direito Muçulmano”, “Fundamentalismo Islâmico” e Terrorismo no catálogo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, utilitária da CDD, tanto a não opção pelo termo reconhecido (Sharia), a associação para visão belicista do jihad, e a opção inadequada dos termos Islã (que se refere a religião islâmica, não seu viés ideológico), e terrorismo Islâmico (cuja notação envolve um viés religioso, e não político).

Quadro 3. *Relações entre os termos Sharia, Jihad, Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo Islâmico.*

Termo Tópico	Obra	Notação BN
Sharia	Derecho musulman	340.59
Jihad	A atual guerra islâmica: o terrorismo	297.72
Fundamentalismo o Islâmico	A doença do Islã	320.550917671
Terrorismo Islâmico	A crise do Islã: guerra santa e terror profano	297.72

Fonte: Catálogo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional (2019).

Tal fato se repete nas notações do catálogo da Biblioteca Islâmica, na qual observa o viés político das relações entre o Jihad (Yihad), Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo.

Quadro 4. *Relações entre os termos Sharia, Jihad, Fundamentalismo Islâmico e Terrorismo Islâmico no Catálogo da Biblioteca Islâmica AECID.*

Obra	Notação	Termos Tópicos Correlacionados
Eurojihad	28-769(4) 28-832(4)	Jihad (europeu) Terrorismo Islâmico Fundamentalismo Islâmico
La yihad a nuestras portas	28-769(6-17) 28-832(6-17)	Fundamentalismo Islâmico – África Terrorismo Islâmico – África
Citizen Islam: the Future of Muslim integration in the West	28:32(4)	Islã e política na Europa Fundamentalismo Islâmico
Islam: Vision critica	28 28-832	Fundamentalismo Islâmico Terrorismo – Aspectos religiosos

Fonte: SILVA; PEREIRA (2017).

Conforme visto, a ideia dominante na sociedade determina tanto a escolha dos termos para representar uma minoria, quanto da associação das ideias acerca de uma comunidade na sociedade. Neste exemplo, a ideia de fundamentalismo islâmico é recorrentemente ligada a Jihad e a atos terroristas. A ideia de guerra santa implícita na Jihad é comum também a outras religiões. Contudo, a ideia comum associada ao Islamismo constrói a ideia de que a Religião, bem como sua comunidade, adota a violência como regra. Neste sentido, torna-se necessária a abordagem sobre conceitos relativos a religião, identidade e da composição da identidade Muçulmana. Observamos a evolução do conceito Religião, da construção da identidade social e dos assuntos formadores da Identidade muçulmana enquanto religião e ideologia.

### 3 Religião

Nesta seção apresentamos a formação do conceito de Religião enquanto resultado do processo de seleção filosófico-ideológica. Neste caso, o conceito religião é produto de um processo histórico, cujo sentido é modulado pelas várias transformações do saber, onde, influenciados por novas teorias e formas de pensamento, são frequentemente utilizados como forma de legitimação ideológica.

Neste sentido, o conhecimento sobre religião reflete o contexto sociocultural oriundo das diversas construções do seu conceito no Ocidente. Coutinho

(2012) denota esta correlação ao associar a evolução do conceito de religião às transformações relativas ao desenvolvimento científico. Para o autor, o pensamento sobre religiões evolui de maneira contínua através da história. Desta forma, o conceito sobre Religiões, evolui, morre e se refundamenta com bases em conceitos anteriores (COUTINHO, 2012).

### 3.1 Religião: A Construção do Conceito no Ocidente

O conceito ocidental de Religião, associado ao termo *Religio*, a princípio era relacionado ao cotidiano da sociedade romana na antiguidade. Segundo Azevedo (2010) “o termo *religio*, enquanto observância escrupulosa do rito, enquanto um zelo constante em relação aos deuses, dizia respeito aos atos do próprio cotidiano; cotidiano que, por sua vez, deveria se configurar por esse cuidado constante em relação aos deuses” (AZEVEDO, 2010, p. 92). Neste caso, o termo *religio* apresenta origem etimológica no termo *relegere* dos textos de Cícero, cujo “significado diz respeito a recolher-se, a fazer uma nova escolha, a retornar a uma síntese anterior para recompô-la” (AZEVEDO, 2010, p. 93).

Se por um lado o *religio - relegere* de Cícero atribuía o cuidado aos rituais inerentes ao cotidiano da cultura romana, autores cristãos como Lactancio, Agostinho e Tertuliano promovem uma ressignificação do termo seguindo uma intencionalidade filosófico-ideológica. A ressignificação envolvia uma delimitação acerca dos domínios do sagrado e do profano, de forma a contribuir com a clara definição daquilo que era “religião verdadeira” e do que era considerado como rito pagão, (AZEVEDO, 2010). Neste caso, a *religio* atribuía-se a origem etimológica *religare*, cujo sentido denotava o aspecto da dependência que caracterizava o culto cristão acerca da relação entre a Criatura e o Criador (AZEVEDO, 2010), resignificando o sentido do *religio-relegere* de Cícero, transformando a ideia do zelo escrupuloso aos rituais da religião romana politeísta para a noção Cristã de transcendência, da relação de dependência a um único Deus.

A criação das Humanidades delega novos sentidos à religião. Juntamente aos novos sentidos, emergem novos conceitos utilizados para explicar o fenômeno religioso de forma objetiva e racional. Desta forma, a *religio* cristã mais uma vez transforma-se, acrescentando à cosmovisão novos conceitos orientados ao contexto social a qual está inserido. Segundo Coutinho (2012) as diversas definições da religião no Ocidente contribuem na compreensão da natureza das manifestações religiosas. Segundo a visão subjetivista, a religião é um “sistema composto por descrições do sagrado, respostas ao sentido do mundo e da vida (crenças), meios, sinais, experiências de ligação a esse sagrado (práticas), orientações normativas do comportamento (valores) e atores coletivos com regras e recursos próprios

(coletividades)”. Sobre suas funcionalidades, a religião “permite regular e justificar a conduta individual (normativa), providenciar coesão social (coesiva), consolar e aliviar (tranquilizante), fortificar a vontade (estimulante), dar sentido à vida (significante), possibilitar a experiência do sagrado (experencial), crescer e amadurecer (maturativa), proporcionar identidade (identitária) e ministrar salvação (redentora)” (COUTINHO, 2012, p. 187).

Por outro lado, a construção do conceito de religião em sociedades não-ocidentais é orientada a uma cosmovisão divergente do Ocidente, onde a diversidade de religiosidades possui crenças e práticas específicas e igualmente influenciáveis pelo seu contexto sociocultural. Vale considerar que a escolha pelo termo não ocidental ao invés de Oriental, dá-se pelo reconhecimento das religiões africanas como exemplo de cultura em que os termos Ocidental e Oriental não podem ser aplicados.

### 3.2 Religião em culturas não ocidentais

A presente subseção trata da concepção da religião em culturas não ocidentais. Conforme citado na subseção anterior, o termo não Ocidental foi escolhido de forma a abranger tanto as culturas Orientais quanto as demais culturas cujos sentidos não permitem a conceituação Oriental ou Ocidental. Exemplos destas culturas são as religiosidades africanas e australianas que, apesar de sua localização geográfica apontar para o Ocidente e Oriente respectivamente, sua cultura não é reconhecida como tal.

A construção do termo religião em sociedade não ocidental é orientada à existência de uma pluralidade, frutos de uma diversidade religiosa detentoras de diferentes concepções do sagrado. Que muitas vezes divergem do construto judaico cristão do Ocidente.

Como exemplo, consideramos a sociedade nigeriana, cuja diversidade etnológica abarca a existência de cerca de 250 grupos étnicos, cujas manifestações religiosas variam desde as cosmovisões monoteístas como as cristãs e muçulmanas, até as existências de variadas religiosidades tribais. (IBEZIM, 2014)

Ibezim conceitua religião como o reconhecimento do homem acerca da existência de poder ou poderes além de si mesmo, do conhecimento de quem ele é, como criador do universo, e como sustentador preservador e provedor deste universo. A religião elucida o relacionamento entre Deus e homem sobre quem é o criador e controlador deste universo, conceitua o sentido de sistema da religião, definindo-a enquanto um sistema de “fé e práticas envolvendo a relação entre a humanidade e o que é considerado como sagrado” e sintetiza a pluralidade religiosa Nigeriana concebendo a religião como a conscientização do homem da existência de um ser (ou seres) espiritual que é maior do que ele. A este Ser é devotada sua total dependência

a partir de cultos rituais e sacrifícios experimentados nos mais diversos grupos religiosos da Nigéria (IBEZIM, 2014, p.91).

Conforme visto, o contexto sócio cultural modulou as definições de religião em sociedades ocidentais e não ocidentais. Nas sociedades ocidentais prevalece a noção de transcendência advinda da cultura judaico cristã, onde a religião é “sistema mediador entre o homem e entidades superiores. [Revelando] o Deus único e transcendente” (COUTINHO, 2012, p. 91). Já nas sociedades orientais, “a transcendência não está presente, mas antes o panteísmo, um deus em tudo. Assim, a religião não é ligação a algo superior e transcendente, mas à própria natureza, a todos os seres vivos”. (COUTINHO, 2012, p. 91)

Ora, tal pluralidade de sentidos da religião infere a necessidade da busca de um sentido comum a várias religiosidades dispostas no Ocidente e no Oriente. Neste ponto, a próxima subseção trata da teoria da Religião de Durkheim (1968) enquanto modelo teórico que busca um distanciamento das concepções majoritariamente cristãs em favor do reconhecimento de uma pluralidade cultural e religiosa.

### 3.3 A Religião por Durkheim

Durkheim (1968), ao distanciar seus sentidos das concepções majoritariamente cristãs em prol do reconhecimento de uma pluralidade religiosa, busca uma concepção de religião de acordo com elementos comuns a toda manifestação religiosa. Neste ponto, Guerriero (2012) afirma que a teoria da religião de Durkheim traz uma importante contribuição sobre o assunto ao definir a dialética acerca do sagrado como elemento comum a todas as religiões. Durkheim representava uma ruptura ao pensamento vigente orientando sua pesquisa para além do pensamento cristianizado, orientando sua pesquisa às diversas manifestações religiosas na sociedade.

Todas as crenças religiosas apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras ‘profano’ e ‘sagrado’ traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas e com as coisas profanas. (DURKHEIM, 1968, p. 19-20).

Para Durkheim a religião é um construto social com elementos que denotam a importância da manifestação coletiva da Religião na distinção entre o sagrado e o profano. (Durkheim, 1968, 46). Neste caso, a coletividade atua como promotora de valores, práticas

religiosas e ritos, atuante na construção de uma identidade em seus aderentes.

Durkheim (1968) confere a religião um conceito para além das religiões institucionalizadas, abarcando a diversidade de manifestações religiosas, individuais ou coletivas, existentes no mundo. Logo, a noção de sistema de crença e prática aliada a uma comunidade moral única é aplicável tanto religiões institucionalizadas como Cristianismo, Islamismo quanto para as diversas religiosidades tribais espalhadas pelo globo. A figura 1 denota a distribuição das religiões majoritárias nos continentes.

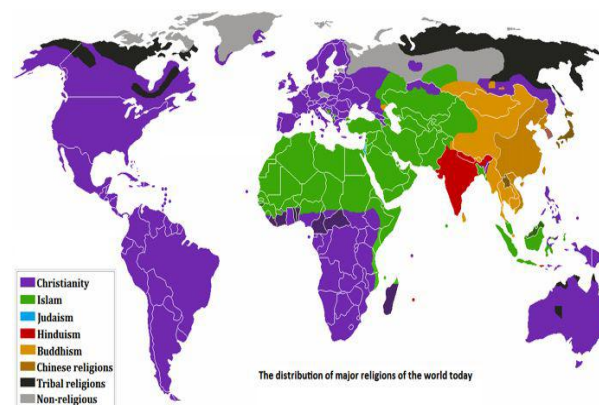


Figura 1. Religiões majoritárias no Mundo

Fonte: <https://www.readthespirit.com/explore/686-interview-with-stephen-prothero-on-god-is-not-1/>

Conforme visto em seção anterior, a religião é tema sensível no tocante à classificação. Falar de religião denota a necessidade de falar de conceitos e linguagens específicas, cujos sentidos envolvem uma forma de cultura e a expressão dos valores oriundos de uma identidade coletiva. Nesta etapa do trabalho, torna-se necessário a conceituação de identidade religiosa enquanto forma de identidade coletiva. Relacionam-se conceitos como Identidade, enquanto construção social advinda das interações do indivíduo, ou um coletivo com o meio social, e Sacralização, apresentada no Modelo de Identidade da Religião de Hans Mol, como salvaguarda na construção da identidade religiosa e Estigmatização como fruto da desconstrução de uma identidade social.

### 3.4 Identidade religiosa

Berger e Luckmann (1976 apud BERLATTO, 2009) definem identidade como um “fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1976 apud BERLATTO, 2009, p.141). Assim sendo, a identidade é o resultado de uma construção social onde indivíduos e coletividades se reconhecem e se auto reconhecem dentro de uma determinada estrutura social. Nesta dialética, “the processes of individual identity formation commonly influence and inform group identity formation, with the reverse being true as well. (AHJUM, 2013, p.159).

a identidade é interna e externa. Interna na medida em que trata sobre auto-reconhecimento, sobre a forma com que nós pensamos acerca de nossa própria identidade, e externa ao considerar como o ambiente externo nos vê. Não se refere apenas a nossa própria impressão sobre nós mesmos, mas de nossas impressões sobre os outros e dos outros sobre nós. Portanto, a identidade é o sentido que alguém tem sobre quem ele é, o que algo é, e o conjunto de impressões têm sobre os outros, alguém ou algo. Assim, identidade tem significado individualista e coletivo. (IBEZIM, 2014, p.91).

Mol (1979) acrescenta aos sentidos de identidade individual e de grupos (coletivas) a noção de identidade social. Afirma que todos estes níveis de identidade apresentam tendência à “unicidade” como fator de estabilidade, a inteireza/completude a partir da integração de características ou ao fortalecimento de fronteiras em torno de uma única questão (MOL, 1979, p. 12).

Religion in general tends to promote the stabilization of individual and group identity by favouring the preservation of old content (in the form of doctrine, ritual, moral frameworks, role expectations, symbols and the like) offering individuals a basis for reconstructing their identities within a stable or very slowly changing universe of shared meaning. New content is typically assimilated and old content revised or interpreted only after cautious censorship. (SEUL apud AHJUN, 2013, p.160)

Hans Mol nos apresenta o conceito de sacralização enquanto elemento estabilizador da identidade descrevendo-a como "o processo inevitável que protege a identidade quando ele está em perigo pelas desvantagens da adaptabilidade infinita dos sistemas de símbolos. Sacralização protege a identidade, um sistema de significado ou uma definição da realidade e modifica, obstrua ou (se necessário) legitima a mudança” (MOL, 1979, p. 16). Desta forma, compreende-se que a identidade não é um objeto estático, mas sujeito às dinâmicas inerentes aos contextos sociais, e a sacralização como componente estabilizador de identidade. (MOL, 1979). A sacralização observa mecanismos como a objetificação, o comissionamento, os rituais e o mito.

A objetificação atua como a projeção da ordem de um além onde é menos vulnerável a exceções, contradições e contingências -em outras palavras, um reino rarefeito onde principais contornos da ordem podem ser mantidos em face de luxações temporais, mas absorvente dessa ordem; o Comissionamento funciona como a ancoragem emocional nos vários focos de proliferação de identidade; os Rituais, enquanto ações repetitivas, articulações e movimentos com objetivo de evitar que objetos sacralizados se percam de vista; e o Mito como Integração das várias troncos em uma conta simbólica e coerente, de forma abreviada (MOL, 1979, p. 17).

Segundo Powell (2017) a identidade é “o nicho estável que o homem ocupa em um ambiente potencialmente caótico que, portanto, ele está preparado vigorosamente para defender” (MOL, 1976 apud POWELL, 2017,

p.65). Ahjum (2013) afirma que a identidade, “individualmente ou coletivamente expressa, é um processo, ao invés de um estado fixo” (AHJUM, 2013, p. 159). Neste sentido, Berger e Luckman (1976 apud BERLATTO, 2009) afirmam que:

a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, a identidade social é ao mesmo tempo inclusão – pois só fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob certo ponto de vista – e exclusão – visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros. (BERGER, LUCKMAN, 2009 apud BERLATTO, 2009, p. 142)

Tal dinâmica envolve relações de poder, onde grupos que possuem condição majoritária atuam tanto o reconhecimento de determinados grupos minoritários, quanto em sua estigmatização, em uma clara relação de dominação. Desta forma influenciam as ideias inerentes a indivíduos pertencentes a um grupo minoritário, sob a intenção da manutenção de um *status quo*. Conflitos desta natureza estão presentes entre as etnias residentes nas províncias da Nigéria. Etnias em condição majoritária como Hausa-fulani, Iorubá e Igbo interferem no arcabouço cultural da região de tal forma que provocam o acultramento das etnias em condição de minoria social (IBEZIM, 2014). Como resultado, observamos o risco de uma sistemática extinção de uma identidade cultural religiosa a partir dos conflitos religiosos, do acultramento dos grupos minoritários, do incentivo a endogamia religiosa, do etnocentrismo cultural e da secularização advinda do modernismo. Como consequência, observamos a influência da situação relacional nas estratégias para a legitimação de uma identidade (IBEZIM, 2014).

De acordo com a situação relacional, a auto identidade que diz respeito à capacidade de o indivíduo se nomear, terá maior ou menor legitimidade que a heteroidentidade (refere-se à força dos atributos construídos pelos outros em relação ao indivíduo). Ou seja, vai depender da relação de força entre os grupos de contato, que poderá ser uma relação de força simbólica. A heteroidentidade traduzir-se-á pela estigmatização dos grupos minoritários, numa situação de dominação caracterizada (BERLATTO, 2009). No Ocidente encontramos na construção dos estereótipos das culturas periféricas em situação de minoria social e orientais outra evidência destas relações de poder. Para efeito de trabalho, consideraremos a construção do estereotipo do Muçulmano no Ocidente em contraposição aos valores que compõem a identidade muçulmana.

Na próxima seção tratamos da representação da cultura muçulmana em esquemas de classificação



concepções referidas, o Islamismo tem toda sua conduta baseada no componente religioso. Neste ponto:

[a ideologia islâmica se ] assenta num vínculo ético que une as pessoas que fazem parte da mesma sociedade, neste caso, a Ummah. E sendo um movimento de caráter religioso, a ideologia que o fundamenta parte da ideia de uma comunidade política (ainda que virtual) peculiar, pois é fruto de um pacto superior as relações contingentes e precárias do quotidiano da polis. Isto significa que se dá a religião uma função de integração social e política, passando a ser a trava mestra da orientação da ação dos indivíduos em todos os campos da sociedade (DUARTE, 2015, p. 103).

A ummah funciona como uma identidade coletiva “desenvolvida no processo social quando indivíduos internalizam valores, alvos e propósitos da sociedade” (HASSAN, 2002, p. 96 apud SANTOS, 2011, p.181). Na Ummah as identidades se entrelaçam ao compartilharem o mesmo mito de origem, os mesmos rituais e os mesmos valores descritos na Sunnah e no Corão.

A ummah se tornou uma estrutura onde outras identidades se uniram formando uma só identidade religiosa. Em Medina foi estabelecido um novo meio de coesão social entre os seguidores do Islã, pois, agora eles eram membros de uma comunidade em que havia consciência de identidade que transcendia as outras formas de pertença. A única restrição que havia para a comunidade dos muçulmanos era a fé, assim, os fundamentos para uma religião universal estavam estabelecidos (SANTOS, 2011, p, 168).

Santos (2011) reitera a influência da historicidade enquanto mito de origem em uma identidade religiosa. Logo, ao evocar um sentimento de estabilidade, a “história se torna um dos fundamentos para uma noção de identidade. Por isso, existe uma busca para explicar a identidade recorrendo ao passado para que uma legitimidade histórica seja estabelecida” (SANTOS, 2011, p.168). Neste processo, a visão de mundo é orientada segundo a visão do grupo específico objetificando um lugar e personagens históricos ideais, na qual valores e sentidos são corroborados. No caso do Islã, a Medina dos primeiros anos do Islã abrigava a comunidade ideal bem como o homem perfeito.

Assim, a análise da vida de Muhammad ganha importância na medida em que o profeta como personagem histórico-mítico, na concepção islâmica, traz consigo o modelo perfeito de homem muçulmano e a primeira comunidade considerada como ideal e referência para todas as gerações posteriores de muçulmanos (SANTOS, 2011, p. 169).

Muhammad promove uma ruptura ao organizar uma nova religião e uma nova sociedade, designando os preceitos religiosos e sociais a partir das revelações descritas no Alcorão, fundamentando a nova religião como o fator normativo da sociedade muçulmana. Desta forma, o credo muçulmano surge como fator

integrativo no desenvolvimento de uma identidade muçulmana. Assim sendo, a próxima seção trata da doutrina religiosa do Islã como componente integrador na comunidade muçulmana.

#### 4.1 O Islã ou Islamismo?

Aqui abordamos o Islamismo enquanto religião e ideologia. Neste sentido, tratamos da religiosidade islâmica enquanto manifestação da identidade muçulmana, a partir da observação de preceitos estabelecidos na fundação da sociedade islâmica.

Segundo Mantran (1977), a partir da Hégira, a religiosidade islâmica comportará disposições de caráter social e político. Duarte (2015) considera que a comunidade islâmica aborda questões de um ativismo religioso, onde não existe diferenciação entre o escopo social e o religioso. Por outro lado, Fierro (1997) propõe uma diferenciação entre os termos Islã e Islamismo. Para a autora, Islã é o termo referente à religião dos muçulmanos, correspondendo aos termos Judaísmo e Cristianismo. Designa também a cultura difundida por todo Oriente Médio, Norte da África, Ásia e Índia. A esta difusão acompanha-se a língua da revelação, o árabe, a exceção do Irã, um país muçulmano de língua persa.

O Muhammad histórico era natural de Meca, cidade localizada em uma rota comercial na península arábica. A tradição muçulmana define o ano 570 d.C. como o ano de seu nascimento, e o seu chamado como profeta nos 610 d.C., aos 40 anos. A visão deste Muhammad, ao mesmo tempo histórico e mítico para a sociedade islâmica, representava uma ruptura com a sociedade pré-islâmica, cuja organização política era fundamentada segundo tradições familiares, e a organização religiosa sobre uma cultura politeísta. Segundo a tradição muçulmana,

[...] em Meca, as pessoas tinham consciência de que existia um “Deus” que era superior aos outros deuses, mas os sacrifícios eram oferecidos a ídolos e espíritos e não havia conceitos sobre a vida após a morte. Assim, na concepção muçulmana, a sociedade árabe pré-islâmica estava em decadência moral e espiritual. (SANTOS, 2011, p.171)

Muhammad organizou uma nova religião e uma nova sociedade, designando os preceitos religiosos e sociais a partir das revelações descritas no Alcorão. Neste momento, Muhammad construía a religião como o fator normativo da sociedade muçulmana. Desta forma, o credo muçulmano surge como fator integrativo no desenvolvimento de uma identidade muçulmana. Assim sendo, a próxima seção trata da doutrina religiosa do Islã como componente integrador na comunidade muçulmana.

#### 4.2 O Islã e o Muçulmano

Os preceitos da doutrina religiosa islâmica enquanto componente integrador na comunidade muçulmana observa o Corão enquanto base na constituição de valores na construção de uma identidade muçulmana.

Para um muçulmano a vida social começa e termina no Corão. Seus ensinamentos foram estabelecidos como parâmetro de toda sociedade muçulmana, seja em questões de governo, seja por questões religiosas. Massignon citado por Mantran (1977) descreve o Corão como fonte de magistério legislativo (amr), magistério judiciário (fiqh) e ao poder executivo. Estabelecido em definitivo por volta do ano 633 durante o califado de Otman, “é dividido em 114 suras, com número variável de versículos (aya)” (Mantran, 1977, p.72). Contudo, à medida que a sociedade muçulmana se desenvolvia

Os muçulmanos não tardaram em verificar que Corão não respondia a todas as questões que surgiram no plano da organização governamental, administrativa e judiciária; era preciso, então, encontrar complementos que, embora não tirados do Corão, fossem assim mesmo aceito pelos muçulmanos. Estes complementos vieram a constituir a Sunnah, e em nada afetavam a fé (iman) cujo credo integral está no Corão (MANTRAN, 1977, p. 181).

A Sunnah nada mais é que uma coleção de hadith (tradição) que consistiam nos ditos do profeta Muhammad reunidos pelos seus companheiros. Sua principal função era servir de suporte aos casos não contemplados pelo Corão. Com o tempo a Sunnah enriqueceu-se a tal ponto que foi necessário introduzir uma ciência crítica dos hadiths para distinguir as autênticas das apócrifas (MANTRAN, 1977, p.181). A Ciência Crítica da hadith era embasado nas obras de Bukhari, Muslim, Abu DAwud, al-Nasai, al-Tirmidî e Ibn-Madja durante os sec. XIII e XIV.

Do corão e da Sunnah procedeu a Sharia, a lei religiosa que, por sua vez, originou o direito muçulmano. Mas a instituição desse direito e as interpretações da lei deram origem a escolas diversas, ortodoxas ou não, que tiveram influência no poder político e em sua aceitação (MANTRAN, 1977, p.183).

Diferenças e divergências da tradição nas diferentes comunidades islâmicas como os sunitas, xiitas e khadjiritas deram origem a uma diversidade de seitas, cada qual dando interpretações religiosas ou filosóficas, baseando-se em elementos por vezes incontroláveis (MANTRAN, 1977, p.184).

Muhammad constantemente afirmava que o Islã não se trata de uma nova fé. Afirmava que a revelação registrada no Corão restabelecia em sua pureza original a religião revelada por Deus a Abraão e que este transmitira a Ismael (MANTRAN, 1977). Seu conteúdo (iman) era extremamente simples. O princípio essencial era a crença em Alá, Deus único, todo poderoso e eterno, criador de todas as coisas; a crença em Alá é acompanhada da crença nos profetas –

o último dos quais foi Muhammad – nos anjos, nos Livros revelados – o último e único necessário dos quais é o Corão -, no dia da ressurreição, na predestinação (qadar), o que implica na negação de liberdade do homem. (MANTRAN, 1977, p.72)

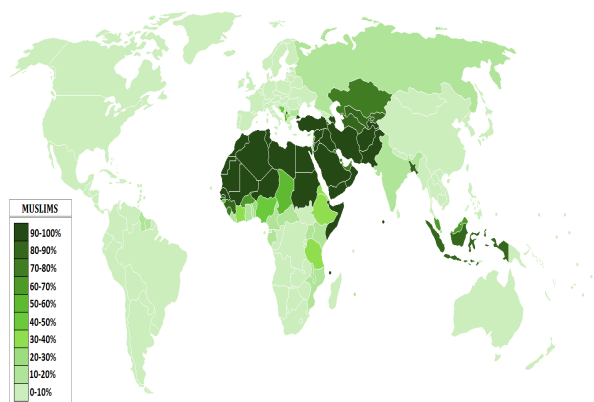
A estrutura doutrinal do Islã possui como princípios basilares a profissão de fé (shahada), a oração (Salah), a esmola (Zakat), o jejum no mês do Ramadã (Salat) e a peregrinação (Hajj). Seguindo tais práticas, ensinadas por Muhammad desde o princípio, “será considerado Muslim, que segue a Religião da Verdade (din al-haqq)” (MANTRAN, 1977, p.72).

A estas obrigações/prescrições acima se costuma acrescentar a Jihad. FIERRO (1997) denota ao termo um duplo sentido: o primeiro relacionado a jihad da alma, na qual denota o esforço espiritual do fiel em seu interior para aperfeiçoar-se no ponto de vista moral e religioso; o segundo um jihad da mão, que remonta ao significado popular e belicista, amplamente divulgado pelo Ocidente e ideologicamente associado a grupos fundamentalistas. A este significado, Fierro (1997) associa o sentido de guerra legal, por se tratar de uma ação armada legal desde o ponto de vista jurídico. (FIERRO, 1997, 87). Neste sentido, o objetivo original da jihad não consistia na conversão forçada ou a expansão de fronteiras, mas consistia em uma atitude de defesa, de autopreservação. Mantran (1977) afirma ainda que a jihad representava uma obrigação ocasional, não fazendo parte dos princípios essenciais do Islã, sendo costumeiramente utilizada pelos governos seculares.

Mantran (1977) reitera a obrigatoriedade da guerra santa restritas ao contexto específico da pregação do Profeta. No entanto, os governos subsequentes à morte do profeta aproveitaram-se do conceito, utilizando-o como forma de propagação do Islamismo (no sentido de estado) para além das fronteiras árabes. Vale considerar que os povos conquistados não eram obrigados a seguir a religião, mas deveriam pagar um imposto de proteção (dhimmi). Quanto à adesão (Dawa), Duarte (2014) afirma que estava implícito que toda a comunidade tem a obrigação de expandir o Islã. Para um muçulmano, o “mundo encontra-se dividido entre dar al-islam (território islâmico, onde é aplicada a jurisprudência islâmica) e dar al-harb (significa literalmente a morada da guerra, mas refere-se ao território não-islâmico)”. Seu objetivo é expandir o *dar al-islam* pelo mundo inteiro, para que todos possam partilhar de uma ordem social e politicamente justa”.(DUARTE, 2014). A atualidade ainda prescreve uma terceira via, onde o muçulmano vive em acordo com o grupo majoritário dos países em que se constitui como minoria. A figura 3 demonstra a atual distribuição dos adeptos no mundo.

Figura 3. *Muçulmanos no Mundo*

Fonte: Wikipedia (2019).



A comunidade islâmica atualmente compõe cerca de 20% da população no mundo estando presente em todos os continentes. Sua comunidade possui condição majoritária nos países do norte da África, Oriente médio e parte da Ásia, Europa e Oceania (Figura 1), sendo a segunda em adeptos no mundo, com população significativa em países do primeiro mundo nos Estados Unidos, França, Espanha e etc. No Brasil, segundo IBGE (2010), são de cerca de 35.671 adeptos. Contudo, as novas composições sociais, advindas principalmente da diáspora africana e da crise da Síria, devem compor diversas inserções, tanto nos números quanto nas características do Islã no Brasil. Mesmo assim, os critérios sobre a composição da religião muçulmana pelo IBGE assumem a ideia de auto reconhecimento, da forma em que o muçulmano se vê, sua identidade individual.

A atual composição do Islamismo no mundo sofre a influência de uma série de contextos, que ora evidencia a criação da comunidade unificada por força de seus valores e tradições religiosas, ora denota uma complexa composição ideológica, demonstrada na diversidade de ideias circulantes na mesma comunidade. De fato, uma análise estrutural do Islã atual não deve desconsiderar as influências históricas e sociais na construção das várias identidades recorrentes em sua comunidade. Neste sentido, a construção identitária do Islã sunita do Brasil envolve debates intensos, como as interpretações do Corão e da Hadith, da diversidade de seitas e grupos, sobre o lugar da língua árabe, da diversidade étnica dos adeptos do Rio de Janeiro, dos arabismos dos adeptos da comunidade de São Paulo e do Paraná; do lugar da violência, da exposição midiática, dos silêncios e da estigmatização de seus costumes e de sua identidade.

Partindo do pressuposto que produção bibliográfica reflete as inquietações de uma comunidade acerca de si mesma e sobre outra comunidade, a próxima seção apresenta a pesquisa acerca das produções bibliográficas sobre o Islã nos bases de dados AJOL (African Journals OnLine), DOAJ (Directory of Open

Access Journal) e Scielo BR (Scientific Electronic Library Online Brasil), sob objetivo de investigar as ideias disseminadas sobre o Islã em bases de dados de sociedades ocidentais, não ocidentais e de língua portuguesa, bem como a influência do imaginário construído sobre a identidade muçulmana na terminologia dos artigos selecionados.

A seguir, analisa-se como os Assuntos referentes a cultura/identidade muçulmana estão estruturados na 23ª. Edição da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU) com o objetivo de investigar como assuntos referentes a identidade muçulmana estão organizados, observando critérios referentes a sua estrutura e seleção terminológica.

## 5 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos realizamos estudos na CDD23 e na 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa da CDU, segundo a metodologia de Miranda (2009), pesquisa bibliográfica em bases de dados de diferentes culturas com ênfase nas influências do contexto sociocultural na produção científica pertinente à cultura Islâmica. A produção científica sobre assuntos referentes à cultura e identidade muçulmana apresentou-se numerosa e diversificada nas bases de dados de natureza global (DOAJ) e não ocidental (AJOL) e baixa na base de dados ocidental (Scielo).

Nas etapas da pesquisa consideramos: a) análise e estudo dos esquemas de classificação bibliográfica orientada à recuperação de classes e categorias temáticas relativas à Religião Islâmica; b) identificação e extração dos segmentos temáticos da 23ª edição da CDD, e da 2ª edição padrão internacional em língua portuguesa da CDU relacionado ao conhecimento e cultura islâmica. Os segmentos temáticos obtidos foram analisados com base nos conceitos estabelecido pela cultura islâmica; c) Pesquisa na literatura sobre o conhecimento muçulmano de forma a identificar a terminologia referente a cultura islâmica, bem como usos e sentidos do vocabulário utilizado pela comunidade; d) avaliação da estrutura conceitual observando coerência em sua: ordenação lógica; usos e sentidos de vocabulário; detalhamento de assuntos.

## 6 Análise da Representação do Islamismo nos Esquemas de Classificação Bibliográfica

Na análise da CDD e da CDU consideramos critérios como: a representação do assunto Religião; a estruturação conceitual do Islamismo na Classe 200 Religião verificando: a ordenação lógica, usos e sentidos de vocabulário e detalhamento de assuntos; e as relações entre os termos que refletem a representatividade da comunidade islâmica no mundo.

Como critério de seleção terminológica, foram considerados apenas termos tópicos, sendo termos complexos utilizáveis como exemplos de notações. As edições utilizadas foram a 23ª. da CDD e a 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa da CDU.

O quadro 5 apresenta a correlação das notações da CDD em relação à CDU.

Quadro 5. *Relações de Notações ISLAMISMO em CDD e CDU.*

Assunto	Notação	Notação
Fontes do Islã	297.1	28-2
Teologia Islâmica	297.2	28-1
Adoração	297.3	28-5
Sufismo	297.4	28-1
Ética	297.5	28-4
Pessoas	297.6	28-3
Propagação da fé	297.7	28-7
Seitas	297.8	28-8
História da	297.09	28-9
Direito Muculmano	340.59	28-166 28-74

Fonte: Os Autores (2019).

### 6.1 Análise da Representação do Islamismo na CDD

Aqui tratamos da análise do assunto Islamismo na Classificação Decimal de Dewey. A edição utilizada foi a 23ª. Edição da Classificação de Dewey. O levantamento terminológico sobre informações sobre o Islamismo realizou-se no site WebDewey, as próximas Subseções apresentam os resultados obtidos como resultados das etapas da análise na CDD.

Os assuntos referentes ao Islamismo estão divididos na CDD sob as seguintes notações:

a) A Notação 297 – Islamismo, Babismo e Fé Bahai – informações referentes às bases da Religião Islâmica estão dispostas sob as notações 297.1-297.8, subdividindo-se em: 297.1 Fontes de pesquisa sobre Islamismo, 297.2 Assuntos sobre doutrina, disciplinas seculares e relações sobre o Islã e outros sistemas de fé; 297.3 Adoração Islâmica; 297.4 Sufismo (misticismo Islâmico), 297.5 Ética, experiências religiosas, vida e prática; 297.6 Líderes e organizações Islâmicas; 297.7 proteção e propagação da fé; e 297.8 Seitas Islâmicas e movimentos reformadores.

• Dentre as subdivisões padrão, é importante ressaltar as notações que abordam o Islamismo enquanto assunto de pesquisa acadêmica, 297.09 (História, tratamento geográfico e Biografia), onde se classifica os aspectos religiosos do Fundamentalismo Islâmico, e 297.092 (Biografias).

b) Classe 300 – Ciências Sociais.

Informações/ materiais sobre direito Islâmico (Shariah) são classificados sob a notação 340.59 – sistemas legais religiosos, em relação de subordinação a classe 340.5 – sistemas legais. Nesta notação são classificadas informações sobre a fiqh, sharia, e palavras compreendidas em trabalhos sobre furū‘ al-fiqh e uşūl al-fiqh. Informações sobre o conflito de leis, acerca da lei privada internacional, sobre o ponto de vista Islâmico estão na notação 340.9091767. Sobre a lei pública internacional, sob ponto de vista islâmico, classifica-se sob a notação 341.091767. Conflito de leis, no sentido de leis criminais, sob o ponto de vista islâmico, estão sob a notação 345.167.

c) Classe 700 – Artes e Recreação.

Notações referentes às representações artísticas sobre o Islã estão sob as notações: 700.48297 – Arte islâmica.; 704.94897 – Islã – Representação Artística; 704.9489735 - Lugares sagrados-Islã—Representações Artísticas; 704.948974092 - Santos (Sufi)--Representações artísticas,

d) Classe 800 – Literatura.

Notações referentes à obra literária sobre o Islã estão sob as notações 808.8038297082 Mulher--Religião--Islã-Literatura; 808.803829761 Líderes Religiosos – Islã -literatura-coleções; 809.9338297082 Mulher--Religião--Islã-Literatura-história e Critica; 809.933829761 Mulher--Religião--Islã-Literatura-história e crítica.

e) Classe 900 – História e Geografia.

A biografia de Adeptos do Islã é subordinada a classe 920: Biografias e está representada sob a notação 922(.97).

Quanto à estrutura conceitual, comparamos a abordagem classificatória em relação a outras religiões, observando critérios como ordenação lógica, usos e sentidos implícitos nas relações entre os conceitos e detalhamento de assuntos dentro da estrutura conceitual.

Em relação à ordenação lógica de assuntos, a análise da estrutura da CDD apresenta como resultados:

a) As diferentes concepções de Deus, (caso de Deus segundo o Cristianismo e Deus segundo o Islamismo) estão em classes de níveis hierárquicos diferentes;

b) Textos de maior autoridade das religiões são dispostos em classes de nível hierárquico diferentes, evidenciando a maior visibilidade ao Cristianismo. A Bíblia na CDD ocupa uma classe principal (220) e o Alcorão e Hadith ocupam a notação 297.122;

c) A própria existência da classe Outras Religiões - 290, considerando como religiões não-cristãs;

d) As diferentes concepções de SEITA (SECTS) no Cristianismo e no Islamismo. Seita, para os Cristãos, entende-se como “Grupo religioso dissidente, que deixa de participar de uma religião por não concordar com suas normas e objetivo” (Dicionário Online de

Português) e no Islamismo é considerada como divisões (setores) de uma mesma religião. Outro aspecto é a disposição em uma mesma classe de palavras que se referem a seitas e movimentos reformadores.

e) A correlação entre as religiões ISLAMISMO, BABISMO e FÉ Ba'hai, em relação de coordenação, e Sufismo como subdivisão do Islamismo.

Quanto à análise de usos e sentidos implícitos na CDD, os resultados obtidos foram:

a) Materiais sobre a Jihad estão representados sob a notação 297.72, em relação de subordinação a classe 297.7 – Proteção e propagação do Islã. Conforme visto em seção anterior, a ideia de Jihad por Mantran (1977) envolve um duplo sentido: a abordagem belicista dos primeiros anos do Islã e abordagem espiritual acerca da preservação da fé de modo individual. A ideia implícita de uma Jihad para a conversão forçada nunca foi uma unanimidade no Islã. De fato, estruturar a Jihad como uma forma de propagação ou proteção da fé trata-se de um reducionismo inerente da construção do discurso Ocidental sobre o Islã.

b) As classes Adoração Islâmica e Adoração Sufi. A adoção do termo Adoração para simbolizar práticas e preceitos religiosos aborda somente parte da vida religiosa do muçulmano. Mais do que formas de adoração, as práticas religiosas, preceitos e pilares do Islamismo são uma forma de expressão dos valores e da identidade do muçulmano. Desta forma, novamente lida-se com o reducionismo na forma de considerar os assuntos sobre a vida religiosa do Islã.

c) A classe 297.8 – Seitas islâmicas e movimentos reformadores. A classificação do Islamismo sunita e xiita juntamente com os demais movimentos e seitas sugere o desconhecimento da natureza de cada setor do Islã. Além disso, notações referentes à Islamismo ibadista ocupam menor espaço em relação às demais. Ausência sentida está em notações sobre partidos políticos islâmicos como Hamás, Irmandade Muçulmana e o Partido da Justiça e Desenvolvimento de Marrocos.

d) Os pilares do Islã são: Confissão de Fé (Sha-hada), oração (Salah), a esmola (Zakat) o jejum no mês do Ramadã (Salat) e a peregrinação a Meca (Hajj). Contudo, os termos não estão subordinados a notação Pilares do Islã (297.31). São distribuídas sob as notações 297.3524 (Hajj), 297.3822 (Salat), 297.54 (Zakat), 297.34 (Shahada) e 297.362 (Sawn Ramadan).

A análise da CDD23, observamos a possibilidade de detalhamento de assuntos, chegou aos seguintes resultados: a) Problemas com a hospitalidade de assuntos. A rigidez do sistema enumerativo da CDD impõe dificuldades na composição de notação de assuntos complexos. No caso do Islã, novos conhecimentos são frequentemente relegados a uma sub-representação, na qual o profissional decide por

uma redução nos sentidos referentes ao assunto representado.

b) A maior visibilidade da abrangência de assuntos relativos ao Cristianismo, evidenciada nas Classes Filosofia e Teoria da Religião; A Bíblia e Religiões específicas e Cristandades. Neste sentido, observa-se a histórica tendência a cosmovisão cristã, na Classe Religião da CDD, que possui maior abrangência em comparação com outras religiões.

A análise da CDD indica que a seleção terminológica, cuja estrutura apresenta o termo mais conhecido e sua tradução entre parênteses, estabelece uma aproximação com as expressões utilizadas pela comunidade representada. Neste sentido, os termos apresentados podem ter influenciado na escolha da CDD por bibliotecas com vastas coleções da cultura Islâmica. A adequação terminológica só não é total devido às diversas transformações de sentido demonstrados na estruturação dos conceitos referentes à religião e a cultura Islâmica.

Outros problemas de adequação encontrados na análise são a) dispersão das notações referentes ao Islamismo; b) Reduccionismo implícito na disponibilização de classes referentes ao Islamismo; c) Ambiguidade na representação de termos referentes à legislação Islâmica.

Quanto às atualizações da classe religião na CDD, reconhece-se que a mesma não apresentou resultados práticos, por não se tratar em uma transformação na forma de classificação. Houve apenas uma nova apresentação sistematizada, sem mudanças na abordagem classificatória, sem transformações na terminologia ou na classificação. Por outro lado, a CDU nos apresenta uma drástica reformulação na classe religião em relação à classificação e à sua estrutura conceitual.

## 6.2 Análise da Representação do Islamismo na CDU

A presente seção trata da análise do assunto Islamismo na CDU. A edição utilizada foi a 2ª. Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa. O levantamento terminológico sobre informações sobre o Islamismo foi realizado no site da UDC Summary, as próximas Subseções apresentam os resultados obtidos como resultados das etapas da análise na CDU.

A Religião está classificada na Classe 2 da CDU. A aplicação da classificação analítico-sintética permite a sistematização na organização de informações sobre as religiões. Aplicando o facetamento à classe 28 – ISLAMISMO observa-se a organização das notações a sobre o Islã sobre as seguintes facetas: 28-1 Teologia Islâmica; 28-2: Provas da Religião Islâmica ; 28-3: Pessoas da Religião Islâmica; 28-4: Atividades

religiosas segundo o Islamismo; 28-5: Veneração, Culto, Rituais, Cerimonias no Islamismo 28-6: Processos no Islamismo 28-7: Organização e Administração Islâmica ; e 28-8: O Islã segundo suas Características – classifica-se divisões do Islã de acordo com características próprias; e 28-9: História do Islã; 281 – Sufismo: informações sobre a corrente mística do Islamismo sendo aplicáveis as mesmas facetas da classe religião; 282 - Sunni ; 284: S'ha; e 348 – Lei islâmica.

A análise da estrutura conceitual da CDU, no sentido de sua ordenação lógica apresenta como resultados: a) Distribuição racional de assuntos sob diferentes perspectivas. A classificação facetada da CDU permite a organização de informações sobre diferentes perspectivas de uma forma isonômica, sem qualquer preferência a assuntos de qualquer religião; b) Maior hospitalidade de assuntos. A classificação analítico-sintética, aliada aos sinais auxiliares próprios da CDU, permite uma organização eficiente na construção de notações para assuntos complexos; c) Associação entre as religiões Babismo e Fé Bahai permanecem. Agora são apresentadas como subdivisões do Islã, juntamente com o Sufismo, Islamismo sunita e Islamismo xiita. Notações acerca da divisão ibadista podem ser organizadas sob as notações referentes a movimentos considerados como parte de uma religião central; d) Formalização de uma estrutura hierárquica. A adaptação do vocabulário da BC2 (Bliss Classification. 2nd.ed.) permite adoção de uma linguagem neutra, própria de uma classificação universal. Contudo, os termos selecionados ainda envolvem conceitos da cosmovisão Cristã.

Quanto à atribuição de usos e sentidos de expressões referentes à cultura/identidade islâmica, observa-se como resultados a) Correção de reducionismos como a ideia de Adoração islâmica atribuída como expressão total da prática religiosa muçulmana; b) Associações entre Fundamentalismo, Terrorismo e Jihad;

Quanto ao detalhamento de assuntos, a análise apresenta como resultados: a) Baixo número de notações prontas na 2ª. Edição-Padrão da CDU. São apenas 15 notações prontas, em comparação das centenas de notações referentes à religião cristã; b) Grandes possibilidades de organização de assuntos referentes ao Islamismo, advindos da abordagem analítico-sintética da classificação facetada, da enumeração herdada da CDD e da possibilidade de combinações advindas dos sinais e números auxiliares de forma da CDU.

Quanto à seleção terminológica, as atualizações de vocabulário na classe religião advindos da adaptação da BC2, conferem a CDD uma linguagem imparcial, própria de um sistema que se diz universal. O problema consiste nas próprias noções acerca da religiosidade, cuja linguagem não reconhece os sentidos inerentes a cada religião abordada. Alguns problemas de linguagem referem-se às noções de Deus, deuses e

seres espirituais que, dependendo da religião ou cultura abordada, deveriam obter classificações diferentes na estrutura hierárquica do sistema. Contudo, as características da CDU permitem uma classificação especializada, onde são possíveis adequações de contextos sem interferir na cultura de determinada comunidade. No caso específico da religião islâmica, informações relativas à organização eclesiástica são ausências possíveis, visto que a organização islâmica não possui uma organização eclesiástica formal como no cristianismo.

Vale considerar que, embora a reestruturação da classe religião tenha possibilitado grandes avanços na redução do enviesamento à ideologia cristã, a CDU ainda representa a visão de fora de uma comunidade com uma diversidade de questões/assuntos que interferem diretamente na construção de sua identidade.

## 7 Conclusão

A classificação em religiões envolve uma série de questões de fundo cultural e ideológico que influenciam tanto a estrutura quanto a seleção conceitual em um esquema de classificação bibliográfica. Conforme abordado anteriormente, os esquemas de classificação mais utilizados no mundo são produtos de um contexto sociocultural do ocidente, o que infere um enviesamento de assuntos que são alheios a nossa cultura.

Neste sentido, Broughton (2000), se refere ao preconceito acerca de determinadas religiões, identificáveis quanto a ordenação, vocabulário ou detalhamento de assuntos referentes à religião não favorecida nos esquemas de classificação. O viés em instrumentos de classificação e na formação cultural interfere de forma direta o trabalho do classificador, orientando tanto a seleção terminológica quanto sua localização na estrutura classificatória.

Por meio desta pesquisa verificamos o estágio atual da representação do conhecimento sobre o Islamismo nos esquemas de classificação bibliográfica. Como resultado, observamos a reprodução de desvios históricos como: a) falta de atualização sobre assuntos emergentes ao conhecimento muçulmano; b) a dificuldade na construção de notações que representem assuntos complexos; c) O enviesamento a cosmovisão judaico-cristã Ocidental; d) O evidente discurso majoritário expresso na estrutura hierárquica dos esquemas.

Os resultados da pesquisa confirmam que contextos socioculturais da criação dos esquemas de classificação bibliográfica interferem diretamente na representação de assuntos considerados marginais a cultura ocidental. No caso do Islamismo, as evidências corroboram uma produção bibliográfica que adota usos e sentidos próprios da cultura ocidental e repletos de incorreções

de significado acerca da cultura e da identidade muçulmana. Neste sentido, tanto a produção bibliográfica, utilizada como garantia de seleção terminológica, quanto à estrutura classificatória reproduzem um discurso estigmatizado ou desatualizado sobre o conhecimento muçulmano em geral.

Vale considerar que a estrutura facetada herdada pela CDU confere maiores e melhores possibilidades de classificação, uma vez que a estrutura de sua notação infere maior hospitalidade de assuntos que a classificação com base em sistemas enumerativos como a CDD.

As características evidenciadas nas composições do identitário muçulmano tornam-se um desafio para o classificador, uma vez que os esquemas de classificação bibliográficos da atualidade não fornecem subsídios suficientes para a organização minuciosa de uma rica coleção baseada na cultura muçulmana.

Dos diversos prejuízos causados por uma sub-representação, destacamos a transferência da responsabilidade pela disseminação do conhecimento islâmico a uma estrutura informacional enviesada por valores e culturas ocidentais, interferindo diretamente nos usos e sentidos das expressões referentes à cultura muçulmana. Exemplo repetido ao longo do trabalho é a associação entre os termos fundamentalismo, Jihad e terrorismo em diversos veículos da mídia ocidental; e a opção pelo termo “Estado Islâmico” ao se referir ao grupo terrorista ISIS. Observa-se também a reincidência de problemas históricos de estrutura, onde se evidencia o discurso da criação do esquema, impondo dificuldades a bibliotecários classificadores de coleções ricas em cultura muçulmana.

A pesquisa não se propôs a responder sobre os motivos do enviesamento na classificação e representação do conhecimento muçulmano. A intenção era estabelecer um novo olhar, a partir do reconhecimento ao direito à expressão da identidade e da propagação da visão de mundo plural, considerando tanto as especificidades das comunidades locais, quanto às necessidades de reconhecimento de uma comunidade global.

## Referências

- AHJUM, G. Re-constructing a religious identity through activism in an Islamist movement: experiences of female members of Qibla. *Journal for Islamic Studies*, v. 33, n. 1, p. 151-184, 2013. Disponível em: [https://idslide.net/view-doc.html?utm\\_source=re-constructing-a-religious-identity-through-activism-in-an-islamist-movement-experiences-of-female-members-of-qibla](https://idslide.net/view-doc.html?utm_source=re-constructing-a-religious-identity-through-activism-in-an-islamist-movement-experiences-of-female-members-of-qibla). Acesso em: 01 dez 2018.
- ARBOIT, A. E. Representação do Conhecimento como ato ideológico. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 154-166, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/finf/article/view/4129/3483>. Acesso em: 1 nov 2018.
- AZEVEDO, C. A procura do conceito de Religio: entre o relegere e o religare. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, João Pessoa*, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/9773/5351>. Acesso em: 01 Dez 2018.
- BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra clave*, Montevideo, v. 1, n. 1, p. 02-11, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1853-99122011000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002&lng=es&nrm=iso). Acessado em: 11 nov 2018.
- BARITÉ, M. et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334884003.pdf>. Acesso em 11 nov 2018
- BEGHTOL, C. A. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *J. Doc.*, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, jun. 1986.
- \_\_\_\_\_. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *J. Doc.*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BERLATTO, O. A construção da identidade social. *Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha*, Caxias do Sul, n. 5, 2009. Disponível em: [ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/242/210](http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/242/210). Acesso em: 01 dez 2018
- BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). *Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC*. Brasília DF: IBICT, 2010, 335 p. Capítulo 8, p. 147-176 Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Acesso em: 01 nov 2018.
- BROUGHTON, V. A new classification for the literature of religion. *International Cataloguing and Bibliographic Control*, Jerusalem, v. 4, n. 29, p. 59-61, 2000. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/034-130e.htm>. Acesso em: 01 dez 2018.
- \_\_\_\_\_. Concepts and Terms in the Faceted Classification: the Case of UDC. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 37, n. 4, 2010. Disponível em: <http://search-ebsohost-com.ez39.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=55666964&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 20 nov. 18.
- CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.ufpb.br/brapci/v/a/13094>. Acesso em: 17 Jun. 2017.
- COUTINHO, J. P. Religião e outros conceitos. *Sociologia*, Porto, v. 24, p. 171-193, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10763.pdf>. Acesso em: 28 nov 2018.
- DAHLBERG, I. Current Trends in Knowledge Organization. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (Ed.). *Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: ISKO – España, 1995. p.7-25.
- \_\_\_\_\_. Knowledge organization: a new science. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 33, n.1, p. 11-19, Jan., 2006.
- \_\_\_\_\_. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- \_\_\_\_\_. Teoria do conceito. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 7, n. 2, dec. 1978.

- DEWEY, M. *Dewey Decimal Classification and relative index*. 23rd ed. Albany, NY: Forest Press, 2011. 4v.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF, 1968.
- DUARTE, F. P. O Islamismo como ideologia política de carácter secular. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 45, p. 97-110, Mar. 2015. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992015000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 Out. 2018.
- FIERRO, M. Islamismo. *Scripta Fulgentina*: revista de teología y humanidades, Cartagena, Vol.7(13), pp.81-93,1997. Disponível em: <http://institutosanfulgencio.es/scripta-fulgentina>. Acesso em 11 out 2018.
- GUERRIERO, S. A atualidade da teoria da religião de Durkheim e sua aplicabilidade no estudo das novas espiritualidades. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 26, n. 42, p. 11-26, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/3409/3210>. Acesso em: 18 nov 2018.
- HJORLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization (KO). *Knowl. Org.*, Copenhagen, 30, n. 2, 2003.
- \_\_\_\_\_. Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 42, n. 2, p. 113–128, 2015.
- \_\_\_\_\_. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 35, n. 2/3, 2008.
- \_\_\_\_\_. Theories of Knowledge Organization – Theories of Knowledge. *Knowl. Org.*, Copenhagen, v. 40, n.3, 2013.
- HODGE, G. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files*. Digital Library Federation, Council on Library and Information Resources, 1755 Massachusetts Ave., NW, Suite 500, Washington, DC 20036, 2000. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED440657>. Acesso em: 19 out 2018.
- IBEZIM, I. G. The challenges of religion and ethnic identity in Nigeria. *Journal of Religion and Human Relations*, v. 1, n. 6, p. 90-100, 2014. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/jrhr/article/view/111518/101302>. Acesso em: 01.12.2018.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_xls.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm). Acesso em: 30 nov 2018.
- MANTRAN, R. *Expansão Muçulmana (séculos vii-xi)*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do instituto nacional de educação de surdos. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 22, n. 1, p. 136-149, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/89330>. Acesso em: 01 nov 2018.
- MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45615>. Acesso em: 01 nov 2018.
- MIRANDA, M. L. C. \_\_\_\_\_. A Organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião. *Rev. África e Africanidades*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.5, jan. 2009. Disponível em: [http://www.afriacafricanidades.com.br/documentos/A\\_organizacao\\_do\\_etnoconhecimento.pdf](http://www.afriacafricanidades.com.br/documentos/A_organizacao_do_etnoconhecimento.pdf). Acesso em: 01 nov 2018.
- MOL, H. The Identity Model of Religion: How It Com-pares with Nine Other Theories of Religion and How It Might Apply to Japan. *Japanese Journal of Religious Studies*. 6/1-2 March-June 1979. Disponível em: <https://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/3052>. Acessado em: 01 out 2018.
- Online Computer Library Center - OCLC. *Como um pioneiro da área de bibliotecas influenciou profundamente a biblioteconomia moderna*. Disponível em <https://www.oclc.org/pt-americalatina/dewey/resources/biography.html>. Acesso em 29 set. 2016
- OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, jun 2011. ISSN 2178-2075. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42331>. Acesso em: 06 out. 2016.
- POWELL, A. J. Functionalism or fallacy: re-locating Hans Mol's identity theory. *Italian Sociological Review*. v. 70, n. 1, p. 63-85, 2017. Disponível em: <http://www.italiansociologicalreview.com/ojs/index.php?journal=ISR&page=article&op=view&path%5B%5D=149&path%5B%5D=155>. Acesso em: 30 nov 2018.
- RAZÕES PARA ACREDITAR. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/wp-content/uploads/2015/11/Not-in-my-name-campaign.jpg>. Acesso em: 01 nov 2018.
- SANTOS, D. de J. S. Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica. *PLURA: Revista de Estudos de Religião*, vol. 2, n. 1, 2011, p. 167-196. Disponível em: [http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/39/pdf\\_4](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/39/pdf_4). Acesso em: 01 de out de 2018.
- VAKIL, A. Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 69, p. 17-52, 2004.
- UDC CONSORTIUM. *Classificação Decimal Universal*. 2ª. Ed. Brasília: IBICT, 2007.